

## A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL HISTÓRICO DAS CIDADES DE MARABÁ E PARAUAPEBAS, E AS INFLUÊNCIA DO PROJETO DE FERRO CARAJÁS.

Valeria Suanne Pereira Salgado<sup>1</sup>

Elison Redrigo Bezerra Castro<sup>2</sup>

### RESUMO

Ao falar de Amazônia, é necessário levar em consideração, as relações dialéticas multiescalares e multifacetadas, que costumam a produção (deste) espaço alicerçado em realidades heterogêneas, diante deste panorama é necessário nos remetermos as relações que permeiam a construção histórica desta região, a necessidade e o desafio de delimitar análises com estruturas sólidas, que possibilitem ir além do meramente visível. Neste sentido o presente escrito se propõe a contribuir minimamente com este desafio, tendo por objetivo abordar a formação socioespacial histórico das cidades de Marabá e Parauapebas, no sudeste do Pará, e delinear as influências que o Projeto de Ferro Carajás vem exercendo sobre esses territórios, comumente marcados por características singulares, e relações conflituosas, a metodologia que norteou o desenvolvimento do trabalho, o levantamento e sistematização bibliográfico, resenhas e arquivamento de informações e documentação relacionadas direta e indiretamente à pesquisa.

**Palavras-chave:** Mineração, PFC, histórico-socioespacial

### INTRODUÇÃO

Ao falar de Amazônia, é necessário levar em consideração, as relações dialéticas multiescalares e multifacetadas, que costumam a produção (deste) espaço alicerçado em realidades heterogêneas, diante deste panorama é necessário nos remetermos as relações que permeiam a construção histórica desta região, marcada por *Ciclos Extrativos*, os quais atraíram em diferentes momentos históricos, diversos atores sociais, que trouxeram consigo costumes e memórias, além de posições sociais distintas, no sentido de poder aquisitivo, quesitos que influenciavam e influenciam diretamente as relações (assimétricas) de poder nesse cenário, e que podem ser identificadas nas formulações de Gonçalves (2001):

Na Amazônia esses diferentes sujeitos sociais encontraram diversas populações remanescentes do ciclo da borracha, caboclos ribeirinhos, populações indígenas com seus territórios imemoriais, populações negras que habitavam antigos quilombos. É como se quatro séculos de diferentes desigualdades sociais se encontrassem num mesmo espaço, a Amazônia. A região torna-se, assim, um espaço geográfico

<sup>1</sup> Discente do curso de Geografia ( bacharel e licenciatura) UFPA. email:valeriasuanne1@gmail.com

<sup>2</sup> Discente do curso de Geografia ( bacharel e licenciatura) UFPA . email: erbcastro94@gmail.com

marcado pela complexidade, daí surgindo sua riqueza política, social e cultural. (GONÇALVES, 2001, pg.54).

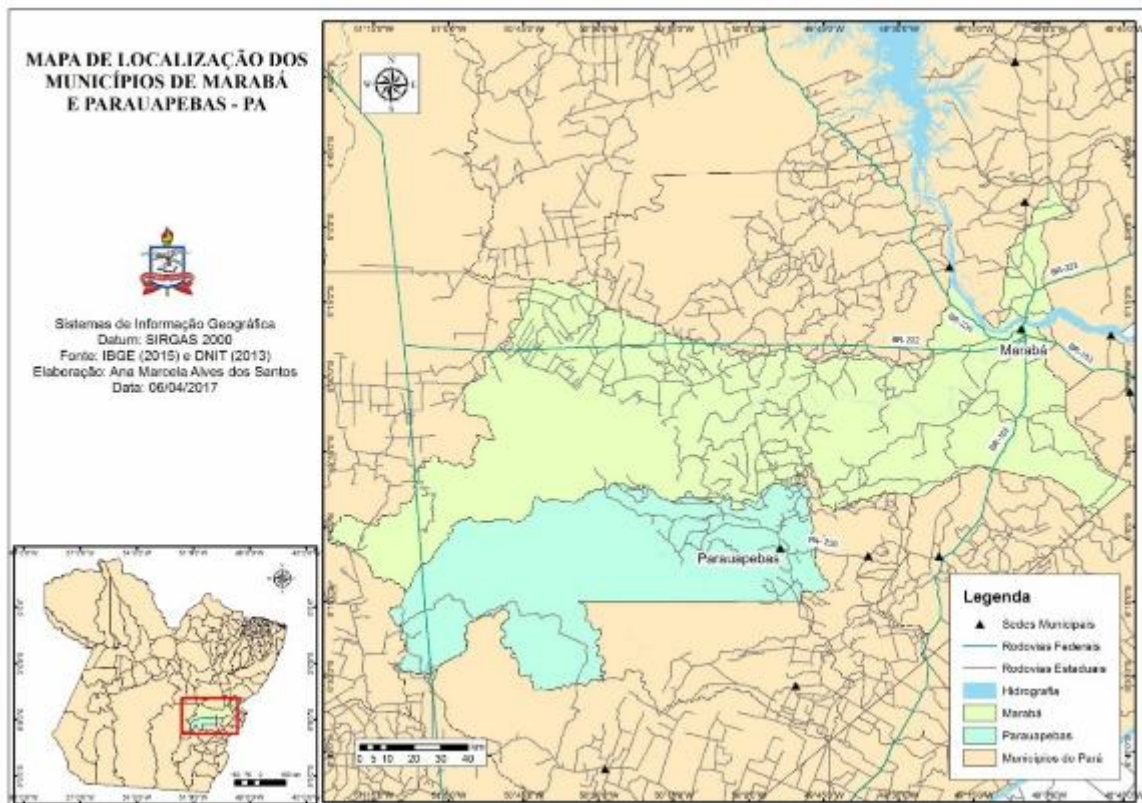
Sua ocupação teve início a partir do processo de “colonização da nação de Portugal”, onde posteriormente a floresta passou a ser fonte de exploração para exportação, marcada inicialmente pelas drogas do sertão. Esse processo de “colonização” que se deu no Brasil, perpassando a Amazônia adentrando o Estado do Pará e o sudeste do mesmo, apresenta características peculiares, à medida que cada parcela do território carrega consigo um mar de particularidades, o que nos remete a necessidade e o desafio de delimitar análises com estruturas sólidas, que possibilitem ir além do meramente visível. Neste sentido o presente escrito se propõe a contribuir minimamente com este desafio, por meio de uma abordagem *Espaço-Temporal*, segundo Santos (1998, p.166) “o tempo é a base indispensável para o entendimento do espaço”, dessa maneira o objetivo central dessa pesquisa concerne em abordar a formação socioespacial histórico das cidades de Marabá e Parauapebas, no sudeste do Pará, e delinear as influências que o Projeto de Ferro Carajás vem exercendo sobre esses territórios, comumente marcados por relações conflituosas.

Para tanto este escrito encontra-se estruturado e quatro tópicos, incluindo introdução e considerações finais, enfatizando inicialmente as relações que marcaram a formação histórico sócio – espacial dos municípios de Marabá e Parauapebas, e o papel da indústria mineral nessas localidades. Em seguida pensar os fluxos migratórios e conflitos catalisados em virtude da inserção da Indústria na esfera municipal de Marabá e Parauapebas. O desenvolvimento do Trabalho de Campo Integrado (TCI-IV) que se deu na região sudeste paraense, que nos possibilitou o contato com as diferente paisagens inspirando o desenvolvimento deste trabalho, e a partir de então a metodologia que norteou o desenvolvimento do trabalho, o levantamento e sistematização bibliográfico, resenhas e arquivamento de informações e documentação relacionadas direta e indiretamente à pesquisa.

## **FORMAÇÃO HISTÓRICO SÓCIO - ESPACIAL: MARABÁ E PARAUEBAS**

Afim de uma análise detalhada é interessante nos situarmos inicialmente com relação localização ao recorte espacial, ligado ao objeto em que se atem este trabalho, e para isso tomamos como base a divisão administrativa do IBGE (2017): Marabá ocupa uma área 15.092,268 km<sup>2</sup>, conta atualmente com 271.594 habitantes, sendo o décimo município mais

populoso da Amazônia. Localizada no sudeste do Pará, na microrregião de Marabá, limita-se com os municípios de: Novo Repartimento, Itupiranga, Nova Ipixuna e Rondon do Pará ; São Geraldo do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Curionópolis. Já Parauapebas, apresenta uma área estimada em 6.886,208 (Km<sup>2</sup>), e uma população estimada em 202.356 mil habitantes, apresentando interligações territoriais com os municípios de: Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu.



**Mapa 1 localização dos municípios de Marabá e Parauapebas onde se deu o TCI-IV**  
 Fonte: SANTOS 2017

A formação histórico territorial de Marabá tem sua gênese atrelada a dinâmica de *Ciclos Extrativos que perpassam a Amazônia*, e que propiciaram a emergência e solidificação de diversas localidades no cenário amazônico (Bunker 2004), dinâmica partilhada por múltiplas cidades amazônicas de *Ocupação Antiga* na região. O primeiro ciclo a reger as atividades econômicas neste recorte foi atribuído à extração da *Hevea Castilhoa* (que produz uma seiva branca semelhante a *Hevea Brasiliensis seringueira* ) integrante ao ciclo da borracha na Amazônia, tal atividade vigorou entre 1898 e 1930 na região. O início da cidade se deu estrategicamente na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, a partir de um

entreposto comercial que atendia tal atividade econômica. Fundada em novembro de 1808 e, refundada em 1894 com a emancipação, em 27 de fevereiro de 1913 Marabá foi elevada à categoria de cidade (VELHO, apud RODRIGUES, 2015)

A partir de 1930, com o declínio das exportações da borracha, emergiu a atividade extrativa de castanhas, na qual se baseou a construção de oligarquias, “formada por um pequeno número de famílias proprietárias de terras, com forte ligação com o Estado” (ASSIS; HALMENSCHLAGER; OLIVEIRA, 2009, p. 7), ambas atividades extrativas, tinham como base de manutenção relações “pré-capitalistas” (Harvey 2003), caracterizadas em suma pelo aviamento, que basicamente consistia na imobilização de boa parte da mão de obra local por uma “dívida”, em relação ao acesso à meios de produção (instrumentos de trabalho para a extração), e de reprodução (alimentos, tabaco, etc.). “as elites locais, formadas por arrendatários e comerciantes, controlavam a atividade produtiva do caucho e da castanha, a partir de relações de troca, de coerção e violência.” (RODRIGUES, 2015, pg. 111). Em relação a atividade castanheira podemos inferir que a mesma auxiliou na construção de um papel de centralidade, à até então cidade de Marabá e adjacências, “A economia da castanha foi tão importante para Marabá que o tornou o segundo município mais importante do estado”. (ASSIS; HALMENSCHLAGER; OLIVEIRA, 2009, pg. 6)

A análise dos processos que ligaram cada uma das economias extrativas da Amazônia às demandas variáveis da economia mundial leva-nos a discutir outra afirmativa que Harvey (1983) adota, com base em Marx: a tecnologia é uma mediadora entre a sociedade e a natureza. Em outras palavras, tentamos integrar a história espacial e material dos mercados e do transporte de matérias-primas mundiais à dinâmica financeira e política do capital mundial. Tecnologia e infraestrutura podem moldar o espaço e a matéria somente com a intervenção direta da política e das finanças (BUNKER, 2004 pg. 100)

Dentro deste cenário, o padrão, a reprodução e organização sócio espacial predominante na região amazônica era marcado pelas relações fundadas na dinâmica: “*rio-varzea-floresta*” (GONÇALVES, 2001), tal padrão de organização consistia no papel diferenciado entre esses três elementos, o rio como principal meio de circulação de mercadoria e pessoas, a várzea e a floresta como local de fixação e reprodução dos indivíduos, ou seja onde ocupavam e de onde “tiravam seu sustento” através do extrativismo.

Já a partir da década de 60, mais especificamente pós 1964, contexto de *Golpe Militar*, o qual pode ser atribuído segundo, Harvey (2003):



Afim de limitar a possibilidade de guerras intercapitalistas e combater a influencia da União Soviética e, mais tarde, da china. Usaram seu poder militar, operações secretas e todo gênero de pressões econômicas para garantir a criação ou a continuidade de governos amigos. Com esse fim estavam dispostos a apoiar a derrubada de governos democraticamente eleitos e a participar direta ou indiretamente de táticas de liquidação dos que eram tidos como opostos aos interesses norte americanos. Eles o fizeram no Irã na Guatemala, no Brasil, no congo [...] (HARVEY, 2003, pg. 52)

Passam a vigorar projetos que tinham por pano de fundo a ideologia do nacional desenvolvimentismo, e dentro deste contexto a Amazônia surgiria como “Fronteira Agrícola” BECKER, (1982) e deveria ser incorporado ao restante do território nacional, sobre o discurso de segurança nacional, com o *slogan* “integrar para não entregar”. E para a “efetiva ocupação desta fronteira” diversos projetos, foram executados, os mais expressivos se davam por meio de incentivos fiscais, programas de “colonização”.

Com base numa avaliação de que dinâmicas decorrentes da estruturação da sociedade local eram responsáveis pelo atraso da economia regional e, ao mesmo tempo, que os atores locais seriam incapazes de se converterem em elementos propulsores de processos de desenvolvimento regional, os governos militares decidiram “ocupar” a Amazônia, atraindo para a região o empresariado “inovador”[...] Estabeleceu-se, assim, um “modelo de desenvolvimento amazônico”, sob a responsabilidade de um Estado que desempenhou o papel de promotor/indutor do crescimento econômico, promovendo a industrialização espacialmente concentrada em alguns pontos da Amazônia, particularmente do Pará. Ao induzir a expansão capitalista, o Estado nacional promoveu alterações nas dinâmicas sociais presentes no Estado e na região. (ABREU; MONTEIRO; COELHO, 2004 pg. 103)

Em vista dos denominados *Grandes Projetos*, presentes nos I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), foi diagnosticado a necessidade da criação de uma infraestrutura, e essa necessidade traduziu-se medidas físicas ou seja a criação de uma “Malha Programada” Becker (1982), (principalmente malha rodoviária) que serviria de apoio tanto para os grandes projetos energético-minerais quanto os projetos de “colonização” como os criados pela Super Intendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Enquanto grande expressão espacial destes projetos de influencia direta na formação da atual configuração de Marabá, tem-se a Rodovia Transamazônica. “A Rodovia Transamazônica passava bem ao norte de Marabá, e um dos primeiros projetos de colonização foi estabelecido nos limites setentrionais dos castanhais, Marabá tornou-se o centro administrativo dos novos projetos de colonização situados ao longo da rodovia.” (Bunker, 2003 P.21)

Nessa região Transamazônica é cortada pela Belém-Brasília sendo por isso uma área onde o acesso era maior e aí se encontraram um fluxo migratório de ricos fazendeiros do sul do país e mesmo do exterior e um fluxo migratório de pobres, além das populações indígenas e de caboclos que tradicionalmente aí faziam sua agricultura de subsistência, a coleta da castanha e outros produtos silvestres, além da pesca polivalente. (GONÇALVES, 2001, pg.54)

Esses projetos subverteram à lógica de organização e reprodução sócio espacial, possibilitando o fortalecimento no cenário amazônico de um novo padrão denominado por Gonçalves (2001), *estrada-terra-firme-subsolo.*”, novamente o padrão de organização consistia na função entre esses três elementos, entretanto agora, o rio anteriormente, principal meio de circulação, dava lugar as estradas e rodovias, o local de ocupação não era mais predominantemente a várzea, e sim a chamada terra firme, e de onde se extraíam maior quantidade de recursos agora seria o subsolo (especialmente ligado ao recursos minerais).

Na escala da cidade de Marabá, o monopólio dos meios de produção, amparados na força do aparelho político local, perdurou até aproximadamente o final dos anos de 1960 e entrou em declínio a partir da década de 1970 diante dos novos vetores[...] Isso como resultado do avanço de novos agentes econômicos, de ações do poder público federal que contribuíram, significativamente, para a desestruturação de um conjunto de relações de trabalho, para o estabelecimento de uma nova divisão social do trabalho, contribuindo para a redefinição de formas de usos e apropriação do espaço da cidade de Marabá. (RODRIGUES 2015 pg. 113)

É nesse contexto que se dá o processo de formação histórico territorial de Parauapebas umbilicalmente relacionada à efetivação do Programa Grande Carajás (PGC), um projeto de exploração mineral, iniciado na década de 1980 no governo Figueiredo, “a CRVRD deu início em 1980 à implantação do Projeto Ferro Carajás, um complexo mina-ferrovia-porto, destinado a explorar o minério de ferro de alto teor da Serra dos Carajás” (MONTEIRO; NUNES; COELHO. 2004 pg. 111). Dentro da perspectiva de integração nacional, mas principalmente interligada ao projeto minero metalúrgico mais especificamente no II Plano Nacional de Desenvolvimento

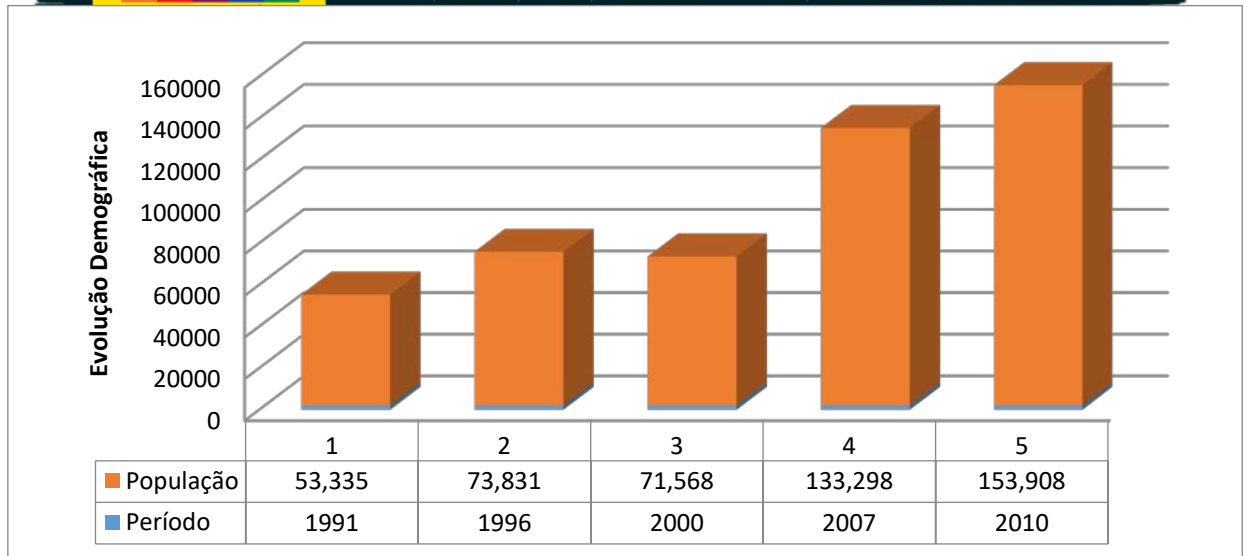
Entre 1975- 1979 vigora o II PND lançado pelo governo Geisel que tinha como objetivos: a) Diminuição ou corte da ajuda oficial do Estado aos pequenos agricultores; b) viabilizar o novo tipo de ocupação baseada na seleção de áreas prioritárias à implantação de projetos nas áreas de agropecuárias, agroindustriais, florestas e minerais; c) dar propriedade aos grandes empreendimentos que passaram a ter todo tipo de apoio governamental. (BARROS M. J. B. 2016 Pg. 47)

Esses ideais integravam nas palavras de Becker (1982) a denominada “*Malha Programada*” de investimentos na Amazônia. Dentre os componentes infra - estruturais desta malha, podemos citar além da abertura de rodovias a Usina hidrelétrica de Tucuruí, a Rodovia Transamazônica a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira.

Todas essas transformações trazidas pela chegada dos grandes projetos, associadas ao arranjo político local ocasionou uma fragmentação na estrutura político-econômico-territorial no município de Marabá, na década de 1980, no sudeste do Pará, com projetos mineradores em seu espaço geográfico, fazendo com que fosse pleiteada a criação de novos municípios, desmembrados de seu território. (PALHETA DA SILVA. 2016, pg. 66)

Dentro deste cenário a cidade de Parauapebas surge no sopé da serra à margem esquerda do rio de mesmo nome, sua localização ao lado do portão colocado pela empresa CVRD, no encontro da rodovia PA- 275, conectando a serra do Carajás à rodovia e, por conseguinte, à interligando a cidade de Marabá. Este núcleo populacional nasce com intuito de formar um polo secundário da CVRD, para abrigar trabalhadores, funcionários da operação da ferrovia, e firmas subcontratadas, (COELHO et al., 2002). Desse modo traz consigo a necessidade de implementação e ampliação de equipamento urbanos, e consequentes infraestruturas, afim de cumprir o objetivo “planejado”, no intuito de solidificar as bases necessárias para a execução das atividades voltadas para o setor mineral e fluxos de transporte do ferro, que estavam imbricados ao Projeto Ferro Carajás (PFG).

O PGC previa a exploração mineral na região sudeste do Pará, a efetivação da Indústria Mineral nesse cenário para Palheta da Silva (2016), foi expressão de um novo território implantado por um planejamento autoritário na Amazônia. A instalação desse setor na região trouxe consigo um intenso fluxo migratório (ver gráfico 1), em virtude da possibilidade virtual de empregos, que seriam propiciadas pela CVRD, e por empresas prestadoras de serviços que foram atraídas pelo projeto, a simbiose de tais possibilidades levarão ao desmembramento, em 1988, do município de Parauapebas da então região de Marabá (COELHO ET al. 2005). Em relação aos intensos fluxos migratórios, corroboramos com as ideias de Bunker (2003, pg. 25) “A jazida de Carajás foi o mais poderoso catalisador que estimulou a migração para essa área e os conflitos de terra durante o último quarto de século, porém seus efeitos foram potencializados por outros projetos na região”.



**Gráfico 1 – Evolução Demográfica do Município de Parauapebas 1991-2010.**

Fonte: CASTRO 2017, adaptado a partir de: Cidades IBGE (2016)

## **FLUXOS MIGRATÓRIOS E CONFLITOS: TERRITÓRIO E MINERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE MARABÁ E PARAUPEBAS**

Raffestin (1993) compreende que a noção de território, admitindo como elemento fundamental, que o território emerge do espaço, e à medida que os denominados por Raffestin atores sintagmáticos, se territorializam no espaço, as bases para a constituição do território são estabelecidas. Para Santos (2005) pensar o território é compreender os usos atribuídos a ele, pensando as várias relações que são impressas no território, podendo ser designado nesse sentido como sinônimo de espaço geográfico, espaço humano, espaço habitado.

As semelhanças entre essas formulações podem ser identificadas em nos debates apresentados por Fernandes (2006):

O território foi definido por Raffestin, 1993, p. 152, como sistemas de ações e objetivos vinculados aos elementos do espaço, que podem ser lidos como sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. (Fernandes, 2006, pg. 6)

Diante dessas formulações identificamos que os preceitos que compõe o território sudeste paraense, especialmente os municípios de Marabá e Parauapebas, (recorte de análise dessa pesquisa), apresenta características singulares, que propiciaram a emergência de



relações conflituosas que marcam o cenário atual de tais municípios, fortalecido através do papel desempenhado pela Indústria Mineral no estado Pará, que acarretou em drásticas modificações no sudeste paraense, através da instalação do Projeto Ferro Carajás, remodelando esse território a partir dos embates associadas a manutenção de poder sobre o território, propiciados por disputas frente as diversas territorialidades e consequentes escalas, sejam elas locais, nacionais ou internacionais, em que os maiores índices de conflitos emergem na esfera local, em virtude da negligencia da sociedade que passa a coexistir com formas de produção do território comumente desconexas da realidade local.

O Projeto Ferro Carajás, trouxe em seu amago um *Espaço Projetado*, (SOJA 1993) atraindo intensos fluxos migratórios de diferentes atores sociais, colidindo com uma ordem social pré-estabelecida na região, um *Espaço Herdado*, (idem) ocasionando fortes impactos, que consequentemente geraram conflitos. Segundo (GONÇALVES, 2001) a expressão ‘impacto’ revela algo externo que se choca com uma determinada realidade. Essa perspectiva ganha força nos municípios de Marabá e Parauapebas, à medida que a “riqueza” gerada especialmente em virtude do setor mineral existente nessas localidades, não se traduzem em melhorias e fluxos de retorno significativos para as sociedades locais, que permanecem a margem do crescimento econômico regional, propiciando a intensificação das relações conflituosas, que comumente marcam esses municípios.

Os atores sociais, que migraram para à região, (Camponeses sem terra; Especuladores de terra; Fazendeiros; Empresas.) em função do anuncio dos programas de colonização dirigida, onde a região aparece como “Fronteira de Recursos” (BECKER, 1982) , tinham como premissa a falsa ideia de que a Amazônia seria um “grande espaço vazio”, depararam-se aqui com populações já existentes, *Indígenas; Caboclas*: caracterizadas basicamente por possuir um conhecimento a cerca dos diferentes ecossistemas amazônicos, e seu modo de reprodução, consistia no “extrativismo e agricultura de subsistência”, que outrora baseou o desenvolvimento de um “*economia natural*, não monetizada”( GONÇALVES, 2001, pg. 35); e até mesmo oligarquias locais, mais precisamente nesse recorte, a chamada: *Oligarquia do Tocantins* (EMMI, 1988) a qual controlavam o arrendamento dos castanhais, e consequentemente da política na região, detendo considerável poder aquisitivo, essa sobreposição de atores “velhos” e “novos” causou a ampliação de “tensões” sobre o território.

A Amazônia – que já possuía uma herança fundiária particularmente problemática, em virtude sobretudo de suas terras não serem devidamente tituladas à medida que o extrativismo de produtos da floresta tinha a floresta e não a terra como principal objeto de exploração e apropriação – se verá diante de um verdadeiro rolo compressor, cujas principais vítimas foram suas populações originárias, assim como os *posseiros*<sup>3</sup> e camponeses recém-chegados. Estes, por sua vez, se viam na contingência de ter que invadir terras indígenas e de caboclos tornando os conflitos entre as populações pobres particularmente intensos. (GONÇALVES, 2001 P.54)

O Projeto Ferro Carajás, pela sua especificidade e grandiosidade, implicou em profundas transformações no espaço, “Ao alterarem o espaço herdado, provocam bruscas rupturas no padrão de ocupação do espaço local e nas sociabilidades até então definidas” (POMPEU apud TRINDADE Jr. 2008, pg.15).

A organização sócio-territorial em Carajás é resultado de uma imbricação de processos sócio-econômicos e políticos, dentre outras relações de poder que os atores sociais estabelecem no território, formando uma cadeia de processos sociais, envolvendo diferentes interações entre grupos convergentes e divergentes que dão origem a um conjunto de práticas heterogêneas. Tais relações resultam, na maioria das vezes, em conflitos sociais e políticos que acabam por redefinir as relações territoriais com reflexos na gestão municipal. (PALHETA DA SILVA. 2002, P. 186)

A partir das formulações anteriormente apresentadas podemos inferir que os territórios são pensados apenas como “receptáculos”, pois não levam em consideração os agentes-atores, ou seja as populações anteriormente presentes que também produzem o território, de diferenciadas maneiras, impossibilitando assim, a mediação de conflitos, e um ordenamento do território que leve em consideração os atores que vivem e produzem esse espaço, em detrimento de outros atores externos que se especializam, impactando fortemente as lógicas pré-estabelecidas próprias da região.

A área triangular formada por Tucuruí, Marabá e o "Bico do Papagaio" pode exemplificar, do ponto de vista geográfico, esse tipo de processo. Na área, o povoamento controlado (colonização induzida pelo Estado) e o povoamento espontâneo apareceram ao mesmo tempo, porém constituíam duas formas distintas de povoamento, interligadas pela mobilidade dos imigrantes: as agrovilas, localizadas de maneira ordenada ao longo da Transamazônica, e os povoados "espontâneos", disseminados desordenadamente no espaço, que acolhiam os fluxos de população migrante impedida de se localizar na área sob controle do projeto de colonização federal. No decorrer da década de 1970 e 1980, uma série de "impulsos externos" e "internos" modificou os parâmetros para a descrição da evolução sub-

---

<sup>3</sup> aquele que ocupa um pedaço de terra para garantir a sobrevivência de sua família. Esses camponeses, sem título formal de propriedade de terra, estão presentes em todo território brasileiro” (GONÇALVES, 2001 P. 52)

regional. Entre eles, o abandono do projeto de colonização oficial, a construção da hidrelétrica de Tucuruí e da estrada de ferro de Carajás, o crescimento da economia urbana em Marabá, a expansão da pecuária nos domínios dos castanhais. As diferenças iniciais entre as duas formas de povoamento foram se dissolvendo, instaurando-se um outro processo de diferenciação, mais complexo que o anterior, onde a ampliação dos movimentos populacionais (flutuações) foi incrementada pelo adensamento populacional e, simultaneamente, pela concentração de investimentos. A probabilidade de formação de novos núcleos aumentou, assim como sua diferenciação. (MACHADO. 1995, pg.11)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A atividade minero-metalúrgica no estado do Pará figura um importante papel no processo de marca a produção do espaço sobre tudo no sudeste paraense, não só nos municípios que abrigam esses grandes projetos, quanto nas áreas que circundam sua implantação, e passam ser atingidas mesmo que indiretamente por esses empreendimentos, no entanto mesmo atendendo a uma lógica de produção global, a exploração desses recursos naturais tomam formas, e se materializam de maneiras distintas, reorganizando as relações e consequentemente os espaços, criando tensões tanto nos territórios.

As modificações instauradas a partir da instalação desse empreendimento fomentaram tanto a manutenção, quanto o surgimento de novas racionalidades, entrelaçadas a uma lógica contemplada nos grandes projetos, em especial na exploração mineral, é importante analisar segundo Santos e Silveira (2012), que cada empresa, cada segmento da produção, compõe formas de comando singulares, o que nos permite inferir que a extração mineral no município de Parauapebas (e entorno) e estabelece novos pontos de interesse, redistribuídos a luz de uma lógica operacional da empresa, e que tais pontos não se restringem ao âmbito econômico, mas se projetam sobre toda uma estrutura organizacional regional.

Ao se tratar dos conflitos e tensões territoriais buscou-se ressaltar a questão da migração para região, as mazelas sociais presentes com os processos e dinâmicas que chegaram a região, acompanhando o empreendimento, agravando efeitos socioeconômicos desiguais. Percebemos relações conflituosas, a partir do pressuposto que o *Espaço Projetado*, desconsidera as relações e espacialidades do *Espaço Herdado*.

## **Referencias bibliográficas:**

ASSIS, William S; HALMENSCHLAGER; Fábio; OLIVEIRA, Myriam. **A formação da agropecuária no Sudeste Paraense: atores, conflitos e projetos de desenvolvimento.** Caxambu/MG 26 a 30 de outubro de 2009

BARROS M.J.B. **AÇÃO POLITICA E TERRITÓRIO NO BAIXO TOCANTINS: EFEITOS ADVINDOS DA CONSTRUÇÃO DE DOIS PROJETOS DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS (PGC)** In: DA SILVA C.N... [et al.] (ORG) **PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TERRITORIALIDADE NA AMAZÔNIA PARAENSE: elementos para a análise geográfica** -1ed- Belém: GAPTA/UFPA 2016

BECKER, Bertha K .**Geopolítica da Amazônia. A Nova Fronteira de Recursos.** Rio de Janeiro: Zahar 1982.

BUNKER. S. G. **Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira** Belém, Novos Cadernos NAEA, 2003.

COELHO, Maria Célia Nunes et al. **Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental,** Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 2, p. 73-107, dez. 2005, ISSN 1516-6481.

DE ABREU MONTEIRO, M. NUNES COELHO, M. C. **As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia.** Belém Novos Cadernos NAEA, 2004.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** Belém: UFPA/NAEA, 1988.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Amazônia, Amazônias.** 2º Ed. São Paulo: Contexto 2005.

MACHADO, Lia Osorio. **Sistemas longe do equilíbrio e reestruturação espacial na Amazônia.** Cadernos IPPUR, ano IX. Rio de (1995): 83-106.

NUNES COELHO. M C .et al **Territórios Cidades e Entornos no Espaço da Mineração em Carajás/ Para** In: Trindade Jr, S.C; ROCHA, G e M. (ORG) **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Paka-Tatu, 2002.

PALHETA DA SILVA, João Marcio, **Uso do Território e Impactos Sócio-Ambientais da Atividade Mínero Metalúrgica nas Cidades de Parauapebas e Canaã dos Carajás no Estado do Pará – Região norte do Brasil.** Reencuentros de Saberes Territoriales Latinoamericanos, Encuentro de Geógrafos de América Latina: Perú, 2013.

PALHETA DA SILVA. **Reestruturação sócio-espacial e gestão de poder local: o uso do território em Carajás** In: Trindade Jr, S.C; ROCHA, G e M. (ORG) Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Territorialidade dos Grandes Projetos de Mineração na Amazônia.** In: GEOAMAZÔNIA Revista do Programa De Pós Graduação em Geografia/ Revista Do Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto De Filosofia E Ciências Humanas, Universidade Federal Do Para- v.1,n-1(2007)\_Belém PPGG,2007 semestral

\_\_\_\_\_. **Dinâmica Territorial da Mineração na Mesorregião Sudeste do Estado do Pará- Região Norte do Brasil.** In: ROCHA, G e M. SOBRINHO, M. V. TEISSERENC, P. (ORG) APRENDIZAGEM TERRITORIAL: Dinâmicas Territoriais, Participação Social e Ação Local na Amazônia Belém: NUMA, 2016.

RODRIGUES. J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas:** análise de Santarém e Marabá, Pará / Jovenildo Cardoso Rodrigues. - Presidente Prudente : [s.n], 2015

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura, **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI, 16ª ed – Rio de Janeiro: Record: 2012.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993. p.191-222.